

Folha: 2
Município de Mariana MG

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE ÁGUAS CLARAS E REGIÃO
CNPJ – 05.034.584/0001-30
RUA SÃO LUIZ, 427 – DISTRITO DE ÁGUAS CLARAS
MARIANA/MG - CEP 35429-100

PLANO DE TRABALHO

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE ÁGUAS CLARAS E REGIÃO

1 - Dados Cadastrais

Órgão /Organização da Sociedade Civil (Conveniente) Associação dos Produtores de Leite de Águas Claras e Região			CNPJ: 05.034.584/0001-30	
Endereço Rua São Luiz, nº 427, Distrito de Águas Claras				
Cidade Mariana	U.F. MG	CEP 35429-100	Telefone 99961-9729	Email g.baeta@yahoo.com.br
Nome do Responsável Antônio Geraldo Mol	CPF 496.422.946-72		C.I. M-3034136	CARGO Presidente
Endereço do Responsável Sítio Paracatu e Roça do Meio			CEP 35429-100	Telefone de Contato (31) 99717-3410

2 - Descrição do Projeto/Objeto

Título do Projeto: Reforma da Sede e Construção Parcial do Galpão	Período de execução: 240 dias
Vinculação Legal: Emenda Impositiva 2025	Unidade administrativa de Apoio Secretaria de Desenvolvimento Rural
Identificação do Objeto: Reforma da Sede e Construção parcial do Galpão (térreo)	
Justificativa da Proposição: Construção de Galpão, com melhores condições para armazenamento e resfriamento do Leite <i>IN NATURA</i> produzido diariamente por todos os pequenos produtores da Associação, que serão entregues Laticínios com qualidade, conforme dispõe a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 77 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2018. Espaço para instalação dos tanques de resfriamento de leite com ampliação da capacidade diária de armazenamento de Leite. Condições ideais para higienização dos tanques de resfriamento, dos equipamentos, dos utensílios, e dos veículos de transporte do Leite, com as devidas instalações para coleta dos resíduos sem que haja a contaminação do meio ambiente. Divisões adequadas para carga de descarga de leite produzido pelos produtores da Associação, sem prejudicar o fluxo de veículos local.	

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE ÁGUAS CLARAS E REGIÃO
CNPJ – 05.034.584/0001-30
RUA SÃO LUIZ, 427 – DISTRITO DE ÁGUAS CLARAS
MARIANA/MG - CEP 35429-100

Espaço para guardar os veículos transportadores de Leite utilizados pela Associação.

Reforma total da sede da Associação, com melhor utilização do espaço, com escritório, banheiros e sala de reuniões.

Com as melhorias pretendidas, a Associação dos Produtores de Leite aumentará sua capacidade diária de armazenamento e resfriamento de Leite.

Com a ampliação da capacidade de armazenamento de leite, a Associação terá condições para atender um número maior de produtores, fomentando a renda familiar dos pequenos produtores de leite do nosso Município.

Público Alvo:

Produtores de Leite do Município de Mariana/MG

Estimativa de Pessoas Atendidas:

Mais de 200 famílias

3 - Plano de Aplicação e Cronograma de Desembolso (em reais)

Etapa 1 (ou única):	
Prazo de Execução	Valor do Investimento.
180 (cento e oitenta) dias	R\$ 111.100,00 (cento e onze mil e cem reais)
Etapa 2	
Prazo de Execução	Valor do Investimento
60 (sessenta) dias	R\$ 30.665,00 (trinta mil seiscentos e sessenta e cinco reais)

4 – Descritivo das Despesas

Espécie	Valor do Investimento
Mão de Obra e Materiais	R\$ 141.765,00

Orçamento Geral da Obra - Galpão do Laticínio						
Item	Descrição		Custo	Total	Prazo	(%) na obra
1	Serviços Preliminares - Projetos e Aprovações	Material	R\$ -	R\$ 7.500,00	5 dias	6,8%
		Mão de Obra	R\$ 7.500,00			
2	Mobilização e desmobilização	Material	R\$ -	R\$ 3.500,00	2 dias	3,2%
		Mão de Obra	R\$ 3.500,00			
3	Preparo do terreno	Material	R\$ -	R\$ 3.500,00	2 dias	3,2%
		Mão de Obra	R\$ 3.500,00			
4	Fechamento do lote em bloco de concreto	Material	R\$ 20.000,00	R\$ 40.000,00	50 dias	36,0%
		Mão de Obra	R\$ 20.000,00			
5	Infraestrutura	Material	R\$ 7.000,00	R\$ 13.500,00	40 dias	12,2%
		Mão de Obra	R\$ 6.500,00			
6	Alvenarias e divisões	Material	R\$ 2.500,00	R\$ 4.000,00	20 dias	3,6%
		Mão de Obra	R\$ 1.500,00			
7	Superestrutura	Material	R\$ 14.000,00	R\$ 24.350,00	30 dias	21,9%
		Mão de Obra	R\$ 10.350,00			
8	Instalações Hidráulicas, Sanitárias e Pluviais	Material	R\$ 2.000,00	R\$ 3.500,00	5 dias	3,2%
		Mão de Obra	R\$ 1.500,00			
9	Instalações Elétricas	Material	R\$ 2.500,00	R\$ 4.000,00	5 dias	3,6%
		Mão de Obra	R\$ 1.500,00			
10	Revestimento	Material	R\$ 1.000,00	R\$ 2.500,00	10 dias	2,3%
		Mão de Obra	R\$ 1.500,00			
11	Pintura interna e externa	Material	R\$ 1.950,00	R\$ 3.250,00	7 dias	2,9%
		Mão de Obra	R\$ 1.300,00			
13	Limpeza Final	Material	R\$ -	R\$ 1.500,00	4 dias	1,4%
		Mão de Obra	R\$ 1.500,00			
Total			R\$ 111.100,00	180 dias	100%	

16.04.2025

DATA

gov.br

Documento assinado digitalmente
MARCO TULIO DA SILVA PAULINO
Data: 26/04/2025 07:08:25-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

RESPONSÁVEL TÉCNICO - CREA

ANTONIO GERALDO
MOL:49642294672

Assinado de forma digital por
ANTONIO GERALDO
MOL:49642294672
Dados: 2025.04.29 11:25:47 -03'00'

RESPONSÁVEL APLACAR

CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO
GALPÃO INDUSTRIAL

1 - IDENTIFICAÇÃO

EMPREENDIMENTO: GALPÃO INDUSTRIAL APLACAR
PROponente: ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE ÁGUAS CLARAS E REGIÃO
RESPONSÁVEL: ANTÔNIO GERALDO MÔL
LOCALIZAÇÃO: RUA JOSÉ MIRANDA FILHO - LOTE 03 - ÁGUAS CLARAS- MARIANA (MG)
NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO: MARCO TULIO DA SILVA PAULINO

DATA: 16 / Abril / 2025
CREA: 64159/D

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DE SERVIÇOS	VALOR DOS SERVIÇOS (R\$)	PESO %	EXECUTADO %	SERVIÇOS A EXECUTAR											
					MÊS -01	MÊS -02	MÊS -03	MÊS -04	MÊS -05	MÊS -06	MÊS -01	MÊS -02	MÊS -03	MÊS -04	MÊS -05	MÊS -06
					SIMPL.%	ACUM.%	SIMPL.%	ACUM.%	SIMPL.%	ACUM.%	SIMPL.%	ACUM.%	SIMPL.%	ACUM.%	SIMPL.%	ACUM.%
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$7.500,00	6,75		100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	R\$3.500,00	3,15		100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	PREPARO DO TERRENO	R\$3.500,00	3,15		100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	FECHAMENTO DO TERRENO															
4.1	Muro em bloco de concreto	R\$40.000,00	36,00		50,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	CONSTRUÇÃO DE GALPÃO															
5.1	Infraestrutura	R\$13.500,00	12,15		0,00	0,00	60,00	60,00	40,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2	Alvenarias e divisões	R\$4.000,00	3,60		0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3	Superestrutura	R\$24.350,00	21,92		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	REVESTIMENTO															
6.1	Chapisco e Reboco	R\$2.500,00	2,25		0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2	Pinturas	R\$3.250,00	2,93		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	INSTALAÇÕES															
7.1	Hidráulica/sanitárias/pluvial	R\$3.500,00	3,15		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2	Elétricas	R\$4.000,00	3,60		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	LIMPEZA FINAL	R\$1.500,00	1,35		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		R\$111.100,00	100,00		31,05	31,05	18,00	49,05	7,29	56,35	9,59	65,93	26,42	92,35	7,65	100,00

gov.br
Documento assinado digitalmente
MARCO TULIO DA SILVA PAULINO
Data: 26/04/2025 07:05:02-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

16.04.2025
DATA

RESPONSÁVEL TÉCNICO - CREA

ANTONIO GERALDO
MOL-49642294672
Assinado de forma digital por
ANTONIO GERALDO MOL-49642294672
Data: 2025.04.29 11:23:35 -03'00'

RESPONSÁVEL APLACAR

CO Parceiro
folha: 8

Orçamento Geral da Obra - Sede da APLACAR						
Item	Descrição		Custo	Total	Prazo	(%) na obra
1	Serviços Preliminares - Projetos e Aprovações	Material	R\$ -	R\$ 5.000,00	10 dias	16,3%
		Mão de Obra	R\$ 5.000,00			
2	Mobilização e desmobilização	Material	R\$ -	R\$ 1.500,00	2 dias	4,9%
		Mão de Obra	R\$ 1.500,00			
3	Demolição de cobertura	Material	R\$ -	R\$ 1.450,00	5 dias	4,7%
		Mão de Obra	R\$ 1.450,00			
4	Demolição de alvenaria	Material	R\$ -	R\$ 950,00	2 dias	3,1%
		Mão de Obra	R\$ 950,00			
5	Execução de cobertura	Material	R\$ 3.500,00	R\$ 5.500,00	10 dias	17,9%
		Mão de Obra	R\$ 2.000,00			
6	Alvenarias e divisões	Material	R\$ 800,00	R\$ 1.400,00	2 dias	4,6%
		Mão de Obra	R\$ 600,00			
7	Revestimentos	Material	R\$ 1.300,00	R\$ 2.850,00	5 dias	9,3%
		Mão de Obra	R\$ 1.550,00			
8	Colocação de forro	Material	R\$ 2.200,00	R\$ 4.000,00	7 dias	13,0%
		Mão de Obra	R\$ 1.800,00			
9	Instalações Hidrossanitárias	Material	R\$ 1.265,00	R\$ 1.765,00	4 dias	5,8%
		Mão de Obra	R\$ 500,00			
10	Instalações Elétricas	Material	R\$ 650,00	R\$ 1.250,00	3 dias	4,1%
		Mão de Obra	R\$ 600,00			
11	Pintura interna e externa	Material	R\$ 1.200,00	R\$ 2.000,00	7 dias	6,5%
		Mão de Obra	R\$ 800,00			
12	Paisagismo	Material	R\$ 1.000,00	R\$ 1.500,00	2 dias	4,9%
		Mão de Obra	R\$ 500,00			
13	Limpeza Final	Material	R\$ -	R\$ 1.500,00	1 dia	4,9%
		Mão de Obra	R\$ 1.500,00			
Total				R\$ 30.665,00	60 dias	100%

16.04.2025

DATA

gov.br

Documento assinado digitalmente
MARCO TULIO DA SILVA PAULINO
Data: 26/04/2025 07:06:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RESPONSÁVEL TÉCNICO - CREA

ANTONIO GERALDO
MOL:49642294672

Assinado de forma digital por
ANTONIO GERALDO
MOL:49642294672
Dados: 2025.04.29 11:26:44 -03'00'

RESPONSÁVEL APLACAR

CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO
REFORMA DA SEDE**1 - IDENTIFICAÇÃO**

EMPREENDIMENTO: GALPÃO INDUSTRIAL APLACAR
PROponente: ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE ÁGUAS CLARAS E REGIÃO
RESPONSÁVEL: ANTÔNIO GERALDO MÔL
ENDEREÇO: RUA SÃO LUIZ, Nº 427 - ÁGUAS CLARAS- MARIANA (MG)
NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO: MARCO TÚLIO DA SILVA PAULINO

DATA: 16 / Abril / 2025CREA 64159/D

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DE SERVIÇOS	VALOR DOS SERVIÇOS (R\$)	PESO %	EXECUTADO %	SERVIÇOS A EXECUTAR			
					MÊS -01		MÊS -02	
					SIMPL.%	ACUM. %	SIMPL.%	ACUM. %
1	SERVIÇOS PRELIMINAR	R\$5.000,00	16,31		100,00	100,00	0,00	100,00
2	MOBILIZAÇÃO E DESMO	R\$1.500,00	4,89		100,00	100,00	0,00	100,00
3	DEMOLIÇÕES							
3.1	Demolição de cobertura	R\$1.450,00	4,73		100,00	100,00		100,00
3.2	Demolição de alvenaria	R\$950,00	3,10		100,00	100,00		100,00
4	EXECUÇÃO DE COBER	R\$5.500,00	17,94		100,00	100,00		100,00
5	ALVENARIAS E DIVISOE	R\$1.400,00	4,57		100,00	100,00		100,00
6	REVESTIMENTO							
6.1	Chapisco e Reboco	R\$2.850,00	9,29				100,00	100,00
6.2	Pinturas	R\$2.000,00	6,52				100,00	100,00
7	COLOCAÇÃO DE FORR	R\$4.000,00	13,04				100,00	100,00
8	INSTALAÇÕES							
8.1	Hidráulica/sanitária/pluvia	R\$1.765,00	5,76			0,00	100,00	100,00
8.2	Elétricas	R\$1.250,00	4,08			0,00	100,00	100,00
9	PAISAGISMO	R\$1.500,00	4,89				100,00	100,00
10	LIMPEZA FINAL	R\$1.500,00	4,89			0,00	100,00	100,00
TOTAL		R\$30.665,00	100,00		51,52	51,52	48,48	100,00

Documento assinado digitalmente

gov.br

MARCO TULIO DA SILVA PAULINO
Data: 26/04/2025 07:06:02-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>16.04.2025
DATA

RESPONSÁVEL TÉCNICO - CREA

ANTONIO GERALDO
MOL:49642294672Assinado de forma digital por
ANTONIO GERALDO
MOL:49642294672
Dados: 2025.04.29 11:24:38 -03'00'

RESPONSÁVEL APLACAR

Associação do Terceiro
Folha: 8
Mariana MG

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE ÁGUAS CLARAS E REGIÃO
CNPJ – 05.034.584/0001-30
RUA SÃO LUIZ, 427 – DISTRITO DE ÁGUAS CLARAS
MARIANA/MG - CEP 35429-100

Observação: O valor que exceder R\$ 141.747,90 (cento e quarenta e um mil setecentos e quarenta e sete reais e noventa centavos), destinado através da **EMENDA IMPOSITIVA DE 2025**, será de total responsabilidade da **ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE ÁGUAS CLARAS E REGIÃO**.

5 – Objetivos, Metas e Resultados

Objetivos:

Construção de Galpão para instalação dos tanques para armazenamento e resfriamento de leite produtores de leite e reforme e adequação da sede atual da Associação.

Metas:

Melhorar a qualidade do leite produzido e vendido pela Associação e consequente aumento do valor do leite, criação de um espaço próprio para realização das reuniões mensais e palestras para os produtores. Melhor higienização dos equipamentos, utensílios e veículos de transportar leite, utilizados pela Associação. Aumentar quantidade de produtores associados.

Resultados Esperados:

Ampliação da capacidade de armazenamento de leite, para poder aumentar a captação de novos produtores de leite na Associação.

Aumento no valor do Leite a ser recebido pelos produtores, proveniente da melhora da qualidade e do aumento do volume produzido pela Associação.

6 – Destinação dos Bens Duráveis Remanescentes

--

7 – Responsável pela Prestação de Contas

Nome do Responsável	CPF	C.I.	Cargo
Antônio Geraldo Mol	496.422.946-72	M-3.034.136	Presidente
Endereço do Responsável Legal		CEP	Telefone de Contato
Sítio Paracatu e Roça do Meio – Mariana/MG		35429-100	(31) 99961-9729

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE ÁGUAS CLARAS E REGIÃO
CNPJ – 05.034.584/0001-30
RUA SÃO LUIZ, 427 – DISTRITO DE ÁGUAS CLARAS
MARIANA/MG - CEP 35429-100

Comissão de Recolha
Folha: 9
Mariana

8 - Documentação

(x) Estatuto da Entidade
(x) Cartão de CNPJ
(x) Quadro Diretivo da Entidade (Posse da Diretoria)
(x) Certidão de Regularidade Fiscal (Receita Federal)
(x) Outros – Especificar - Orçamentos e Cronogramas

Mariana, 16 de abril de 2025.
Local e Data

ANTONIO
GERALDO
MOL:49642294672

Assinado de forma digital por
ANTONIO GERALDO
MOL:49642294672
Dados: 2025.04.29 10:41:33
-03'00'

ANTÔNIO GERALDO MOL
Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 069/2025

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MARIANA E ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE ÁGUAS CLARAS E REGIÃO PARA OS FINS QUE ABAIXO ESPECIFICA.

O MUNICÍPIO DE MARIANA, pessoa de direito público, inscrito no CNPJ nº 18.295.303/0001-44 e Inscrição Estadual isento, com sede nesta cidade na Praça JK, s/nº, bairro Centro, CEP 35420-003, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Juliano Vasconcelos Gonçalves, e a Organização da Sociedade Civil ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE ÁGUAS CLARAS E REGIÃO, entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua São Luiz, nº 427, Distrito de Águas Claras, Município de Mariana/MG, CEP 35429-100, inscrita no CNPJ sob o nº 05.034.584/0001-30, neste ato representado por seu representante legal Antônio Geraldo Mol, portador do CPF nº 496.XXX.946-XX e RG nº M-3.XXX.136 SSP-MG, doravante denominada OSC, RESOLVEM celebrar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente TERMO DE COLABORAÇÃO se fundamenta nas disposições da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, no Decreto Municipal nº 11.806/2024, Decreto Municipal 12.163 de 10 de fevereiro de 2025; Emenda Parlamentar Impositiva à Lei Municipal nº 3.825, de 26/12/2024 que dispõe sobre a Lei Orçamentária para o exercício de 2025. Esse Termo baseia-se nas informações contidas no Processo Administrativo nº 4644/2025, relativo ao procedimento de inexistência de chamamento público, nos termos do art. 30 e 31 da Lei Federal nº 13.019/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente TERMO DE COLABORAÇÃO a concessão de apoio financeiro da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA à OSC com o propósito de contribuir para a custeio reforma da sede da OSC e construção parcial de um galpão, definido no Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS COMPETÊNCIAS E DA GESTÃO

3.1 - As atividades alusivas ao objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO serão executadas pela OSC sob supervisão da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL que realizará o controle e fiscalização.

3.2 - Ficam reservados à SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL os direitos de assunção do objeto do presente termo, a qualquer tempo, assim como da transferência de responsabilidade sobre aquele, no caso de paralisação das atividades ou da ocorrência de fato relevante que venha a prejudicar-lhe o andamento, de modo a evitar a descontinuidade do projeto.

3.3 - Os agentes públicos responsáveis pela gestão da parceria de que trata este instrumento, com poderes de controle e fiscalização, designados por meio da portaria, que deverá ser publicada no Diário Oficial Eletrônico de Mariana - DOEM serão os seguintes: GESTOR: Tofir José Esperidião Ibraim e Liliane Ramos Malta.

3.4 - Ao Gestor qualificado no item 3.3 deste instrumento, compete realizar todas as atividades previstas no Decreto Municipal nº 11.806/2024, em especial nos artigos 54; 71 a 73; e 75 a 77.

CLÁUSULA QUARTA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

4.1 - A sistemática de monitoramento e avaliação desta parceria, observará os procedimentos delineados na Seção VII, do Capítulo V, do Decreto Municipal nº 11.806/2024.

4.2 - O Gestor poderá promover visita técnica *in loco* para subsidiar o monitoramento da parceria, podendo notificar a OSC com antecedência em relação à data da visita, observando o estabelecido em Ato Normativo Setorial, se houver.

4.3 - As ações de monitoramento e avaliação poderão utilizar ferramentas tecnológicas, tais como redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos que permitam verificar os resultados da parceria.

4.4 - O acompanhamento da execução será realizado tendo como base o cronograma de execução e o desembolso dos recursos previsto no Plano de Trabalho.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

4.5 - A Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada por meio da Portaria nº 001, de 07/01/2025 e alterações posteriores, atuará em caráter preventivo e saneador, visando o aprimoramento dos procedimentos, a padronização e a priorização do controle de resultados.

4.6 - A Comissão de Monitoramento e Avaliação homologará no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, o relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pelo gestor da parceria, que deverá conter os elementos elencados no art. 73, § 1º, incisos I ao VI, Decreto Municipal nº 11.806/2024.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR GLOBAL DA PARCERIA E DA DOTAÇÃO

5.1 - Este instrumento envolve transferência de recursos financeiros da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA para a OSC, que ocorrerá após assinatura do presente termo e conforme cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho.

5.2 - O valor global dos recursos públicos da parceria é de **R\$ 141.727,90 (quinze mil reais)**, oriundos dos recursos financeiros da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL nas dotações orçamentárias nº 20.001.20.608.0011-2.191.335041 0000 ficha 938 e 20.001.20.608.0011-2.191.445041 0000 ficha 939, que serão depositados em conta bancária específica.

5.3 - A liberação dos recursos ocorrerá em uma única parcela, de acordo com o disposto no Plano de Trabalho a que se refere este TERMO DE COLABORAÇÃO.

5.4 - Fica declarado pelo Secretário Municipal, signatário deste termo, que em eventuais termos aditivos, indicar-se-ão os créditos para cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro, quando se tratar de Termo de Colaboração.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO DE VIGÊNCIA E EFICÁCIA

6.1 - Este instrumento entra em vigor a partir de **24 de julho de 2025** e terá vigência até **24 de abril de 2026**.

6.2 - A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da OSC, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do fim da vigência prevista nessa Cláusula.

6.3 - A vigência poderá ser alterada por prorrogação de ofício, quando a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA der causa a atraso na execução do objeto, limitada ao exato período do atraso e antes do término da vigência da parceria.

6.4 - A prorrogação de ofício será formalizada nos autos mediante termo de apostilamento, com comunicação à OSC.

CLÁUSULA SÉTIMA - LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

7.1 - A liberação dos recursos será efetivada em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, em consonância com o cronograma de execução.

7.2 - No caso de o cronograma de desembolso prever mais de uma parcela de repasse de recursos, a liberação de cada parcela só ocorrerá após:

7.2.1 - A OSC apresentar a prestação de contas das parcelas anteriores – PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL - nos termos do disposto no Capítulo VI do Decreto Municipal nº 11.806/2024 e da Cláusula Décima deste termo;

7.2.2 - A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, responsável pela parceria, verificará a regularidade fiscal da OSC, por meio de consulta às certidões de que trata o inciso II do § 1º do art. 38, do Decreto Municipal nº 11.806/2024;

7.2.3 - Ateste do gestor da parceria; e

7.2.4 - Nas parcerias cuja duração exceda um ano, a liberação das parcelas está condicionada à apresentação da prestação de contas anual ao término de cada exercício.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

7.3. A liberação de recursos deverá ser anterior à data prevista para a realização da despesa, vedada a antecipação que estiver em desacordo com o cronograma de desembolso, conforme a natureza do objeto da parceria.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES:

8.1 - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL:

8.1.1 - Transferir para a conta específica da parceria os recursos financeiros previstos para a execução do supramencionado projeto, na forma estabelecida no Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho;

8.1.2 - Acompanhar a execução da parceria, avaliando os seus resultados e reflexos;

8.1.3 - Zelar pelo cumprimento do disposto neste instrumento, na Lei nº 13.019/2014, no Decreto Municipal nº 11.806/2024, inclusive no que refere à Transparência e Controle, conforme disposto no Capítulo II, desse Decreto, e demais atos normativos aplicáveis;

8.1.4 - Apreçar as solicitações apresentadas pela OSC no curso da execução da parceria;

8.1.5 - Orientar a OSC quanto à prestação de contas, inclusive fornecendo normas e instruções para prestação de contas dos recursos financeiros transferidos;

8.1.6 - Analisar e julgar as contas apresentadas pela OSC;

8.1.7 - Analisar as propostas de reformulações do Plano de Trabalho, desde que apresentadas por escrito, acompanhadas de justificativa e que não impliquem na alteração do objeto apoiado;

8.1.8 - Prorrogar de ofício a vigência do termo sempre que houver atraso na liberação dos recursos pactuados, independentemente de solicitação;

8.1.9 - Definir o destino dos bens remanescentes após o fim da execução do termo, celebrando TERMO DE DOAÇÃO, caso solicitado pela OSC, por meio de ofício, cuja autorização ficará a critério da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;

8.1.10 - Não realizar, nem autorizar qualquer tipo de publicidade atinente à presente parceria, nos três meses que antecedem ao pleito eleitoral municipal, nos termos do art. 73, inciso VI, "b" da Lei nº 9.504/1997, e observar as condutas vedadas em período eleitoral, de acordo com a referida Lei.

8.2 - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

8.2.1 - Executar a parceria com estrita observância ao plano de trabalho e das cláusulas pactuadas neste termo, sendo vedada a utilização dos recursos para pagamento de despesas previstas no art. 60, do Decreto Municipal nº 11.806/2024.

8.2.2 - Prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, nos termos do Decreto Municipal nº 11.806/2024, Capítulo VI, Seções II a V.

8.2.3 - Devolver, à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, o saldo dos recursos não utilizados, inclusive os rendimentos da aplicação financeira, no prazo de 30 (trinta) dias da conclusão da vigência, extinção, denúncia ou rescisão do presente TERMO.

8.2.4 - Restituir à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido dos juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Pública Municipal, nos seguintes casos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

8.2.4.1 - Quando não for executado o objeto deste TERMO;

8.2.4.2 - Quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas, ou quando esta for reprovada, incidindo a devolução sobre os valores reprovados;

8.2.4.3 - Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste TERMO ou fora de seu prazo de vigência;

8.2.4.4 - Nos demais casos previstos no Decreto Municipal nº 11.806/2024 e na Lei nº 13.019, de 2014.

8.2.5. Manter registro contábil e patrimonial em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, inclusive, na hipótese de aquisição de bens com os recursos da parceria.

8.2.6. Abrir conta corrente específica em instituição financeira pública, isenta de tarifa bancária, nos termos do art. 51 da Lei nº 13.019/2014 e do art. 62 do Decreto Municipal nº 11.806/2024, para que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA efetue o depósito dos recursos, unicamente para consecução do objeto deste termo e em conformidade com o Plano de Trabalho.

8.2.6.1 - Manter e movimentar os recursos recebidos na conta bancária, de que trata o item 8.2.6, deste termo, nos termos do art. 62 do Decreto Municipal nº 11.806/2024;

8.2.6.2 - Manter os recursos recebidos aplicados no mercado financeiro, enquanto não utilizados, na forma do disposto nos itens 8.2.6 e 8.2.6.1, deste termo.

8.2.6.3 - Declarar expressamente a ciência das obrigações de que tratam os itens 8.2.6 a 8.6.2, deste termo, bem como informar a conta aberta para receber o recurso como exclusiva para a sua movimentação, conforme ANEXO I, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

8.2.7. - Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

8.2.8. Garantir os recursos humanos e materiais necessários para a execução do objeto do presente termo, sendo vedada a utilização dos recursos recebidos da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ou aqueles correspondentes à sua contrapartida, em finalidade diversa da estabelecida neste termo.

8.2.9. Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, dentre outros, relacionados à execução do objeto previsto, neste termo, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

8.2.10. Remunerar eventuais profissionais envolvidos no projeto respeitando o piso salarial da categoria.

8.2.11. Garantir o livre acesso dos agentes da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, do Controle Interno do Município e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, aos documentos e informações relacionadas ao presente termo, aos locais de execução do respectivo objeto, bem como de todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente.

8.2.12. Divulgar, em página da OSC na internet, caso mantenha, inclusive em redes sociais, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações exigidas no § 1º, incisos I ao V, do art. 8º do Decreto Municipal nº 11.806/2024.

8.2.13. Não realizar despesas em data anterior ou posterior à vigência deste termo.

8.2.14. Observar as condutas vedadas em período eleitoral, de acordo com a Lei nº 9.504/1997, assim como não realizar despesas com publicidade de qualquer natureza nos 3 (três) meses que antecedem o pleito eleitoral municipal, nos termos do art. 73, inciso VI, alínea "b" da mesma Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

8.2.14.1. Com exceção do período eleitoral de que trata o item 8.2.14, deste termo, poderá realizar publicidade relativamente à parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, veicular e inserir o nome e os símbolos oficiais do Governo Municipal / Secretaria em toda a divulgação relativa ao projeto incentivado, das quais não constem nomes, símbolos ou imagem que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA NONA – DAS DESPESAS

9.1 - As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas em estrita observância ao plano de trabalho aprovado e as cláusulas pactuadas, neste termo.

9.2 - Poderão ser pagas, dentre outras necessárias, com recursos vinculados à parceria as seguintes despesas:

9.2.1 - Remuneração da equipe de trabalho, podendo contemplar as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo-terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, relativos ao período de vigência da parceria;

9.2.2 - Custos indiretos, tais como, despesas com internet, aluguel, telefone, consumo de água e luz e remuneração de serviços contábeis.

9.3 - Não poderão serem pagas com recursos vinculados à parceria as seguintes despesas:

9.3.1 - Despesas com finalidade alheia ao objeto da parceria;

9.3.2 - Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

9.3.3 - Despesa cujo fato gerador não tenha ocorrido durante a vigência do instrumento da parceria;

9.3.4 - Pagar multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Municipal na liberação de recursos financeiros.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1 - A prestação de contas será o procedimento em que se analisa e se avalia a execução da parceria visando a demonstração e verificação do cumprimento do objeto, o alcance das metas e dos resultados previstos, compreendendo a fase de apresentação das contas, de responsabilidade da OSC e análise e manifestação conclusiva das contas, de responsabilidade da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, observado o disposto no Capítulo VI do Decreto municipal nº 11.806/2024, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle.

10.2 - A OSC fica obrigada a demonstrar à boa e regular aplicação dos valores recebidos, mediante detalhada prestação de contas e comprovação da execução do objeto, que deverá ser apresentada observando o disposto na cláusula sétima, deste termo, nos moldes e prazos dispostos a seguir:

10.2.1 - PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL: deverá conter Relatório de Execução do Objeto, Relatório de Execução Financeira, bem como os demais documentos elencados no art. 81 do Decreto Municipal nº 11.806/2024, e deverá ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada etapa do cronograma de execução, em consonância com o cronograma de desembolso aprovado;

10.2.2 - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL: deverá conter os documentos elencados no inciso I do § 2º do art. 84, do Decreto Municipal nº 11.806/2024, e deverá ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL até 31 de janeiro do exercício financeiro seguinte à transferência dos recursos, podendo ser solicitada prorrogação de prazo, por até 15 (quinze) dias, desde que devidamente justificada;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

10.2.3 - PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL: deverá conter os documentos de que trata o art. 86 c/c o art. 87, incisos I, II e § 1º, todos do Decreto Municipal nº 11.806/2024 e, sem prejuízo da prestação de contas anual, deverá ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

10.2.3.1 - Quando o final da vigência da parceria não coincidir com o encerramento do ano civil, a OSC deverá apresentar os documentos de que o item 10.2.2, deste termo, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do término da vigência do instrumento.

10.2.4 - PRESTAÇÃO DE CONTAS ÚNICA: deverá conter Relatório de Execução do Objeto, Relatório de Execução Financeira, bem como dos demais documentos elencados no art. 92 c/c o art. 93, incisos I, II e parágrafo único, todos do Decreto municipal nº 11.806/2024, e deverá ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

10.3. A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, em sua análise, deverá considerar, além da prestação de contas de reponsabilidade da OSC, os seguintes relatórios elaborados internamente, conforme o caso:

10.3.1 - Relatório de visita técnica *in loco* eventualmente realizada durante a execução da parceria;

10.3.2 - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo;

10.3.3 - Os resultados das pesquisas de satisfação.

10.4 - A análise da prestação de contas de que trata o item 10.3, deste termo, não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes, entretanto, o cumprimento, pela OSC, do disposto nesta cláusula e nos itens 7.2 a 7.2.4, deste termo, é condição indispensável para a liberação dos repasses de recursos.

10.5 - O descumprimento do disposto nesta cláusula, assegurado o contraditório e a ampla defesa, determinará a inadimplência e abertura da Tomada de Contas Especial, além das sanções previstas neste termo.

10.6 - A prestação e contas deve obedecer, no que couber, o que diz o Decreto Municipal 12.163 de 1 de fevereiro de 2025, especificamente nos artigos 18 e seguintes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO E DAS SANÇÕES

11.1 - Na hipótese de descumprimento por parte da OSC, de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento ou em seus aditamentos e na ausência de justificativa, estará ela sujeita às sanções previstas no art. 104 do Decreto Municipal nº 11.806/2024, observadas as demais disposições contidas nos arts. 105 a 116, do referido Decreto.

11.2 - Este instrumento de parceria poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, nos termos do Capítulo VIII do Decreto Municipal nº 11.806/2024.

11.2.1 - Na ocorrência de denúncia, os partícipes serão responsáveis somente pelas obrigações relativas ao período em que participaram voluntariamente da parceria, não sendo admissível cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes.

11.2.2 - A Rescisão poderá ocorrer, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção:

11.2.2.1 - Nas hipóteses de inexecução por culpa exclusiva da OSC;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

11.2.2.2 - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

11.2.2.3 - Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

11.2.2.4 - Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

11.2.2.5 - Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS

12.1 – Todas as obrigações sociais, fiscais, previdenciárias, trabalhistas e tributárias oriundas da execução e aplicação deste termo serão de total responsabilidade da OSC, ficando excluída qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1 - A eficácia deste instrumento fica condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mariana - DOEM, a ser providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA até 20 (vinte) dias após a assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Mariana, Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos do presente termo, sendo obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa do caso, com a participação da Procuradoria Geral do Município.

As partes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que, na presença das 02 (duas) testemunhas que também o assinam, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Mariana, 24 de julho de 2025.


Juliano Vasconcelos Gonçalves
Prefeito Municipal


Duarte Eustáquio Gonçalves
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural


Antônio Geraldo Mol
Associação dos Produtores de Leite de Águas Claras e Região

Testemunhas:

1- _____
NOME/CPF

2- _____
NOME/CPF



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Antônio Geraldo Mol, portador do CPF nº 496.XXX.946-XX e RG nº M-3.XXX.136 SSP-MG, com endereço comercial na Rua São Luiz, nº 427, Distrito de Águas Claras, Município de Mariana/MG, CEP 35429-100, na condição de representante legal da OSC **Associação dos Produtores de Leite de Águas Claras e Região**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.034.584/0001-30, DECLARA SOB AS PENAS DA LEI:

a) Estar ciente de que é minha a responsabilidade de abrir conta corrente específica em instituição financeira pública, isenta de tarifa bancária, nos termos do art. 51 da Lei nº 13.019/2014 e do art. 62 do Decreto Municipal nº 11.806/2024, bem como informar a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA da abertura da conta bancária, com os respectivos dados para depósito;

b) Estar ciente de que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA efetuará o depósito dos recursos, unicamente na conta bancária específica, nos termos declarados na letra "a", para consecução do objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO, em conformidade com o Plano de Trabalho;

c) Estar ciente de que toda a movimentação de recursos no âmbito desta parceria será realizada mediante transferência eletrônica com a identificação do beneficiário final, mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, por meio de transferências eletrônicas, débitos automáticos, boletos bancários ou outras formas regulamentadas pelo Sistema Financeiro Nacional, salvo na hipótese de impossibilidade de pagamento por qualquer dos meios mencionados, desde de que previsto e justificado no plano de trabalho;

d) Estar ciente que, enquanto não utilizados, devo manter os recursos recebidos aplicados no mercado financeiro, em cadernetas de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo.

Mariana, 24 de julho de 2025.

x Antônio Geraldo Mol

Antônio Geraldo Mol

Associação dos Produtores de Leite de Águas Claras e Região